



CONSELHO GERAL DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO

ATA 2/2020

Aos oito dias do mês de julho de dois mil e vinte pelas dez horas e trinta minutos, teve lugar por videoconferência a reunião nº 2/2020 do Conselho Geral, com a presença dos Conselheiros constantes da lista de presenças (Anexo 1), e com a presença do Presidente do IPCB. A reunião teve a seguinte ordem de trabalhos:

1. Tomada de posse do novo membro eleito do Conselho Geral – Estudante;
2. Aprovação da proposta de reorganização - Cenário A, após terem sido cumpridas as formalidades estatutárias da recolha de pareceres;
3. Outros assuntos

1 – O Aluno Sérgio Garcia Alves enviou o seguinte e-mail, dia 7 de julho, às 14:08:

“Boa tarde excelentíssimos(as).

Venho por este meio comunicar que não me será possível comparecer na reunião de amanhã.

Desta forma e como ainda não me foi possível comparecer nas restantes já realizadas, deixo à vossa consideração a minha substituição por um suplente que irá desempenhar e contribuir para um melhor desempenho do conselho geral.

Obrigado.

Sem outro assunto, os meus melhores e sinceros cumprimentos,

Sérgio Garcia.”

Face a esta situação, foi convocado o Aluno Diogo José Carvalho Marques, 1º suplente da lista representante dos Alunos ao Conselho Geral, que tomou posse perante o Presidente do CG como novo Conselheiro.

2. Aprovação da proposta de reorganização - Cenário A, após terem sido cumpridas as formalidades estatutárias da recolha de pareceres.

No dia 6 de julho foi enviado aos membros do Conselho Geral o Parecer dos Membros Cooptados, sobre a Proposta de Reestruturação Organizacional – Cenário A, aprovado por 5 votos a favor, 1 abstenção e 1 voto contra.

O Presidente do CG colocou à votação a seguinte proposta:

“O IPCB deverá proceder a uma reestruturação organizacional preconizada na proposta de reestruturação apresentada pelo Presidente do IPCB, e discutida no Conselho Geral, correspondente ao Cenário A, que visa a constituição de 9 departamentos transversais a toda



a instituição e a associação dos mesmos em 4 novas Unidades Orgânicas”, que foi colocada a votação, nominalmente, com os seguintes resultados:

Representantes dos Docentes e Investigadores

Prof. Coord. António Manuel Moitinho Nogueira Rodrigues – Favor com declaração de voto

Prof. Adj. António Mendes Pinto - Favor

Prof. Adj. Arlindo Ferreira da Silva - Favor

Prof. Adj. Carlos Manuel Domingues dos Reis - Contra

Prof. Coord. Francisco José Freire Lucas – Contra com declaração de voto

Prof. Adj. Henrique Manuel Pires Teixeira Gil - Favor

Prof. Adj. João Luís de Morais de Oliveira Belo - Favor

Prof. Adj. João Manuel Nunes Ventura - Favor

Prof. Adj. Jorge Salvador Pinto de Almeida - Favor

Prof. Coord. José Carlos Dias Duarte Gonçalves – Contra com declaração de voto

Prof. Coord. José Filomeno Martins Raimundo - Favor

Prof. Coord. Maria da Natividade Carvalho Pires – Contra com declaração de voto

Prof. Coord. Maria de Fátima Carmona Simões da Paixão - Favor

Representante do Pessoal Não Docente

Dr.ª Edite Barreiros dos Santos - Favor

Representantes dos Estudantes

Júlio André Lourenço Correia - Favor

Tomé Filipe Prezado Madeira - Abstenção

Alexandre Fernandes Pinto Lobo - Favor

Diogo José Carvalho Marques - Favor

Personalidades Externas

Eng. Carlos Manuel Jordão Coelho - Favor

Prof.ª Helena Maria de Oliveira Freitas - Abstenção

25
JW



Comendador Joaquim Morão Lopes Dias - Contra

Coronel José Augusto Rodrigues Alves - Favor

Dr. Luís Manuel dos Santos Correia - Favor

Dr. Paulo Alexandre Bernardo Fernandes – Favor com declaração de voto

Prof. Vítor Manuel da Silva Santos – Favor

Tendo a proposta sido aprovada com

Votos a Favor - 18

Abstenções - 2

Votos Contra – 5.

Declaração de voto do Conselheiro António Moitinho Rodrigues:

“Cumprimento o Sr. Presidente do Conselho Geral, Prof. Doutor Vítor Santos, o Sr. Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) e todos os conselheiros presentes.

- 1. Votei favoravelmente pela reestruturação do IPCB porque, tal como tem vindo a acontecer com outras instituições, também o IPCB se tem que adaptar aos novos desafios. Os pressupostos subjacentes à sua criação no papel em 1979, com 2 Escolas apenas, foram largamente ultrapassados ao longo dos anos. Sou docente da ESACB do IPCB desde 1984. A ESACB foi a primeira Escola do nosso Instituto. Enquanto docente da ESACB, acompanhei o crescimento desta grande instituição, tanto em número de alunos como em número de Escolas. Hoje o IPCB tem 6 Escolas. Recordo que, nas fases de maior crescimento do número de alunos, a criação de mais uma Escola nunca teve oposição, nunca houve discussão, nunca houve discordância. No entanto, agora que assistimos, a nível nacional, à redução do número de estudantes que procuram o ensino superior, situação bem mais evidente no subsistema do ensino superior politécnico e dentro deste subsistema nos institutos politécnicos localizados em territórios de baixa densidade populacional, considero ser necessário reestruturar o IPCB, uma reestruturação que mantenha o IPCB como uma instituição forte e cada vez mais competitiva.*
- 2. Votei favoravelmente pela reestruturação do IPCB porque este assunto é recorrente e já havia sido pensado em 2008, por ocasião da elaboração dos atuais Estatutos do Instituto Politécnico de Castelo Branco. Na altura, o IPCB passaria de 6 para 3 Escolas. Já então a reestruturação foi assumida como necessária embora não fundamentada como agora é, num estudo que envolveu docentes das várias Unidades Orgânicas, envolveu acesas discussões entre os membros do Conselho Geral e envolveu a consulta dos órgãos das Unidades Orgânicas, estatutariamente previstos. Passaram 12 anos relativamente à entrada em vigor dos atuais estatutos. Desde aí, muitas alterações ocorreram a nível do ensino superior nacional o que implica repensar o IPCB.*
- 3. Votei favoravelmente pela reestruturação do IPCB porque esta reestruturação é falada entre docentes e não docentes desde há vários meses. Este assunto foi debatido em várias reuniões de diferentes órgãos. Houve tempo suficiente para que quem não*

W
JW



estivesse de acordo com a proposta de reestruturação apresentada trabalhasse numa ou em mais propostas alternativas. Chegámos ao dia da votação final e não existem propostas alternativas. O Conselho Geral é um órgão democraticamente eleito e, que eu saiba, ninguém aqui está por obrigação. Não posso deixar de ficar surpreendido por alguns dos colegas do IPCB, que aparentemente concordam com a necessidade de uma reestruturação do nosso Instituto embora discordem da forma como poderá ser feita, não tenham trabalhado afincadamente para apresentarem a este Conselho Geral uma ou mais soluções alternativas.

4. *Votei favoravelmente pela reestruturação do IPCB porque considero que a única proposta de reestruturação apresentada não é um documento fechado. Considero que a comissão que elaborará a proposta dos próximos estatutos irá, certamente, ter em conta as várias sensibilidades existentes dentro do universo de docentes, não docentes e estudantes do IPCB. Acerca desta questão, será fundamental que uma das unidades orgânicas a criar mantenha a expressão que caracteriza o ensino superior agrário (Agrária, Agricultura, Agronomia, Ciências Agrárias). Estamos numa Região do país onde a agricultura, a pecuária e a floresta são setores importantes para a economia local e regional. Estamos numa região do país que atrai investidores nacionais e internacionais, investidores que pretendem instalar empresas agrícolas na Região. O IPCB terá que continuar a ter ensino superior agrário e ensino superior na área da tecnologia alimentar. É necessário formar técnicos qualificados, técnicos que apoiem as empresas a nível de produção de alimentos, a nível da segurança alimentar e a nível do acrescentar valor aos produtos agrícolas. O IPCB, além de ter pessoal docente e pessoal não docente altamente qualificado nas áreas das ciências agrárias e da tecnologia e segurança alimentar, possui uma quinta com 166 ha, possui campos experimentais, possui laboratórios bem equipados e possui uma biblioteca muito vocacionada para as áreas referidas anteriormente. Além disso, sempre teve e continua a ter muitos projetos de investigação e desenvolvimento nestas áreas do conhecimento.*
5. *Votei favoravelmente pela reestruturação do IPCB porque considero que a única proposta de reestruturação apresentada não é um documento fechado. Nesse sentido considero e acredito que a permanência de uma escola superior em Idanha-a-Nova irá certamente ser equacionada pela comissão que elaborará a proposta dos próximos estatutos. Uma das Unidades Orgânicas a criar no IPCB terá que estar localizada na vila de Idanha-a-Nova. A necessidade de descentralização de que tanto se fala em Portugal terá que ter agentes no terreno que a promovam e o IPCB poderá ser um desses agentes. Terão que ser encontradas plataformas de entendimento para que o IPCB seja cada vez mais forte e mais competitivo e isto só será possível se o IPCB também der o seu contributo para a coesão territorial, no âmbito das suas possibilidades e competências”.*

Declaração de voto do Conselheiro Francisco Lucas:

“Votei contra a proposta do Cenário A relativa à primeira reorganização institucional do IPCB por diversos motivos, a maioria dos quais está expressa nas declarações efetuadas para a ata por diversos conselheiros ao longo das três reuniões em que decorreu a discussão do tema, realizadas nos dias 18 de setembro de 2019, 2 de dezembro de 2019 e 28 de maio de 2020, pelos motivos que passo sucintamente a resumir:

1 - Nunca foi dada qualquer resposta ao longo de todos estes meses a qualquer dos pedidos de informação complementares solicitados por diversos conselheiros em relação à proposta do



Cenário A, apresentada na primeira daquelas reuniões (18 de setembro de 2019), os quais foram sendo sucessivamente reiterados nas outras reuniões, nomeadamente: i) o facto daquela proposta se basear exclusivamente na realidade do ano letivo atual e não apresentar, como seria desejável, qualquer previsão para o futuro a qualquer nível, designadamente: em termos de alunos (número e sua proveniência de recrutamento), docentes (número e categoria), e equipamentos e despesas (de investimento e de manutenção); ii) não ter sido apresentado qualquer análise de custo-benefício que justificasse a própria proposta de reformulação organizacional do IPCB, iii) falta completa de quantificação (em verbas e no tempo) das mudanças de espaços implícitas naquela proposta, apesar de se preverem que irão ser muito significativas e perturbadoras, podendo por em causa a própria viabilidade de implementação da proposta apresentada!

2 - Nunca foi apresentada qualquer justificação, conforme foi solicitado por diversos conselheiros, para o facto daquela proposta reunir numa única escola (das quatro previstas) as áreas das Tecnologias (excluindo a Informática) e das Ciências Agrárias, quando se prevê que essa escola irá ter, à partida, 50 a 100% de alunos menos que as restantes três e se sabe que a quase totalidade dos cursos de licenciatura que irão ser lecionados naquela futura escola têm uma baixíssima taxa de entrada de alunos provenientes do concurso nacional de acesso (a quase totalidade daqueles cursos em 2018/19 apresentou taxas inferiores a 10%), podendo tais factos colocar em causa, na minha opinião, a futura sustentabilidade e até a própria existência dessa escola!

3 - A proposta não teve em devida conta o facto de a grande maioria dos órgãos estatutariamente previstos se pronunciarem sobre qualquer reorganização institucional do IPCB terem dado parecer negativo à proposta do cenário A. Assim dos sete órgãos estatutariamente consultados constatou-se que quatro dos seis Conselhos Técnico-Científicos se pronunciaram negativamente (dois deles, os da Escola Superior Agrária e da Escola Superior de Tecnologia, que serão das escolas mais afetadas pela proposta, os pareceres desfavoráveis foram por unanimidade), um único Conselho Técnico-Científico votou favoravelmente (por maioria) e o outro não se pronunciou objetivamente, o mesmo sucedendo com o Conselho de Coordenação Académica!

4 - A proposta não teve em devida conta o facto de em pelo menos uma das escolas atuais e que será umas das mais afetadas pela proposta todos os órgãos consultados, isto é, o Conselho Técnico-Científico, a Direção e o Conselho de Representantes terem dado parecer negativo por unanimidade à proposta do Cenário A, sendo pertinente questionar-se em que condições se irá conseguir implementar efetivamente aquela proposta contra a vontade dos próprios!

5 - A proposta não teve em devida conta diversos comentários apresentados sobre a falta que houve de uma discussão institucional devidamente informada, estimulada, alargada e participada (p.ex., quer com os funcionários quer com estruturas representativas dos estudantes) por forma a torná-la mais justificadamente aceite no seio de todo o IPCB, como seria desejável num processo de reorganização institucional onde os atores e fatores mais importantes são, inquestionavelmente, a população académica da instituição!

25
20



Considero assim que, apesar de enaltecer a iniciativa de se procurar promover um debate sobre a necessidade de uma reorganização institucional do IPCB e o excelente trabalho de levantamento da situação atual efetuado pelo grupo de trabalho nomeado, não estão de alguma forma reunidas as condições necessárias para apoiar conscientemente a proposta do Cenário A, face às fragilidades apresentadas anteriormente e comungadas por muitos, conforme tive oportunidade de constatar”.

Declaração de voto do Conselheiro José Carlos Gonçalves:

“Pelas intervenções que foram sendo feitas ao longo de todo este processo de apresentação e discussão da Reorganização do IPCB, julgo que ficaram bem evidentes muitas das fragilidades e problemas que esta proposta de reorganização coloca. Estas fragilidades e problemas ficaram ainda mais marcadas pelos pareceres dos órgãos das escolas, donde sobressaem, pelo seu carácter estatutário, os pareceres dos Conselhos Técnico-Científicos das unidades orgânicas do IPCB, onde, 4 deles votaram contra (3 dos quais por unanimidade, Escolas Agrária, Tecnologia e Artes, e uma por maioria, Educação), a ESGIN não apresentou votação e só a ESALD, por maioria, se manifestou a favor desta proposta (merecendo contudo referência que não concordam com eventual alteração do nome da escola). Considero que esta expressão dos órgãos responsáveis pela implementação das estratégias de organização e funcionamento científico do IPCB, são bem reveladoras do sentimento quase generalizado dos docentes que são contra este modelo de reorganização. Por tudo o que expressei ao longo deste tempo, bem como pela leitura que fiz de todos os sinais da comunidade académica do IPCB, votei contra esta proposta de reorganização. Também o resultado da votação deste CG, com 18 votos a favor, 5 votos contra e 2 abstenções (apenas mais 1 voto que o mínimo exigido) reflete a profunda divisão que esta proposta representa para o IPCB.

Não me revejo neste novo modelo aprovado e considero que se iniciou um processo que nada tem a ver com tudo aquilo que foi o meu contributo para o IPCB durante os 34 anos em que nele já participei. Deste modo, considero também que deixaram de estar reunidas as condições que estiveram na base da minha eleição para este Conselho Geral, pelo que irei apresentar a minha renúncia de membro deste Conselho.

Espero e desejo, mas desejo sinceramente, que os responsáveis por esta proposta, possam vir a ver concretizado aquilo em que acreditaram.

Por mim, continuarei a minha carreira académica com a motivação, empenho e dedicação que sempre tive ao serviço desta Instituição”.

Declaração de voto da Conselheira Maria Natividade Pires:

“Votei contra esta proposta por todas as razões apresentadas em reuniões anteriores do Conselho Geral, ao nível da não evidência das vantagens desta reestruturação, no que diz respeito aos recursos humanos, à reorganização de espaços, à atratividade da instituição e vantagens financeiras, para além de aspetos científicos não contemplados na proposta de Departamentos.

JP



Sendo docente do IPCB desde 1984, considero conhecer bem a instituição e senti, ao longo de todo este processo, divergências inultrapassáveis para o bem-estar da comunidade académica.

O meu voto não é, assim, o resultado apenas de uma opinião pessoal mas tem em conta todas essas divergências, incluindo os Pareceres formais que foram elaborados pelos vários órgãos consultados e pelos Diretores das Unidades Orgânicas, onde se plasma, em muitos deles, essa situação de discordância do processo e/ ou da proposta concreta.

Considero, portanto, estar a representar grande parte da comunidade académica, como, aliás, me compete”.

Declaração de voto de Conselheiro Paulo Fernandes:

“Em traços gerais estou de acordo com a pertinência e a necessidade de reorganização do IPCB que agora se irá substantivar naquilo que será o processo de alteração dos estatutos e neste sentido deixo algumas considerações da minha posição enquanto conselheiro:

1. Relativamente à hipotética criação da Escola Superior de Negócios e Informática deverá, em sede de alteração de estatutos, criar-se um modelo de governança que respeite a autonomia da Escola em Idanha-a-Nova dado tratar-se da única que estará fora da cidade de Castelo Branco;

2. Que se equacione o desenvolvimento futuro da Escola de Negócios e Tecnologia no Polo de Idanha-a-Nova a criação de um departamento de estudos avançados para a Administração Pública sem prejuízo das atuais ofertas existentes em Idanha-a-Nova nas quais destaco as da área do Turismo, fundamentais para a nossa região e únicas no distrito de Castelo Branco;

3. Considero que em termos de engenharia informática faria mais sentido estar junto às outras áreas de engenharia da futura Escola Superior Agrária e de Tecnologia mesmo depois de ouvir as pertinentes razões da proposta feita pelo Presidente do Instituto”.

Após uma intervenção do Conselheiro Jorge Almeida, o Conselheiro José Carlos Gonçalves pediu a palavra para referir:

“Considero a intervenção feita pelo Sr. Prof. Jorge Almeida, com referência à minha pessoa, eticamente reprovável e inaceitável, pois não lhe reconheço qualquer competência para avaliar os meus atos e as minhas decisões”.

O Presidente do IPCB, fez uma intervenção do seguinte teor:

“O Presidente do IPCB pediu a palavra para uma brevíssima intervenção, onde agradeceu aos conselheiros todo o trabalho que desenvolveram ao longo deste processo bem como as sugestões e os contributos que recebeu. Referiu ainda que continua a contar com todos para as próximas etapas salientando a importância de o IPCB fazer o seu próprio caminho, definindo e defendendo a sua estratégia.

JW

3. Outros assuntos

O Conselheiro José Carlos Gonçalves pediu a palavra para referir:



“Considerando todo o processo em que decorreu a aprovação da ata 1/2020 da reunião do CG de 28 de maio, não posso deixar de expressar e registar a forma como o Sr. Presidente do CG geriu este procedimento, não considerando a introdução de propostas de alteração apresentadas por conselheiros. Mas, em particular, registo ainda com mais desagrado, o seu comportamento para comigo, não tendo sequer tido a consideração de dar resposta a uma das interpelações por email (email do dia 11/06/2020 15:23). Num segundo pedido de esclarecimento, apesar da sua resposta, que cito: “O Senhor Conselheiro José Carlos Gonçalves não manifestou, até ao prazo final definido para aprovação da Ata, dia 12/6/2020 às 12 horas, qualquer sentido de voto. Nestas circunstâncias, como o voto não foi expresso, não pôde naturalmente ser considerado”. Sobre esta informação, voltei a pedir novo esclarecimento que, até à data não obtive resposta, no sentido de: significa que o meu voto não foi contabilizado nem como favorável, nem como abstenção? Se assim for onde é que esta situação está referenciada em termos de ata, para que conste?”

Considero esta situação grave e, como tal, um claro desrespeito pelo normal funcionamento do órgão”.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que foi aprovada eletronicamente com

Votos a Favor – 22,

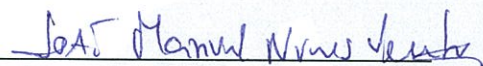
que será assinada pelo Presidente do Conselho Geral e por mim que a secretariei.

O Presidente



(Professor Doutor Vítor Manuel da Silva Santos)

O Secretário



(Professor João Manuel Nunes Ventura)



Processos de gestão, de avaliação e melhoria e dos serviços de recursos humanos, académicos e de acção social, e órgãos e serviços de apoio à gestão.

PRESENCAS NA REUNIÃO DO CONSELHO GERAL DO IPCB

08/07/2020 – 10:30 horas (videoconferência)

Presidente do Conselho Geral

Prof. Vitor Manuel da Silva Santos _____

Presente

Presidente do IPCB

Prof. Adj. António Augusto Cabral Marques Fernandes _____

Presente

Representantes dos Docentes e Investigadores

Prof. Coord. António Manuel Moitinho Nogueira Rodrigues _____

Presente

Prof. Adj. António Mendes Pinto _____

Presente

Prof. Adj. Arlindo Ferreira da Silva _____

Presente

Prof. Adj. Carlos Manuel Domingues dos Reis _____

Presente

Prof. Coord. Francisco José Freire Lucas _____

Presente

Prof. Adj. Henrique Manuel Pires Teixeira Gil _____

Presente

Prof. Adj. João Luís de Moraes de Oliveira Belo _____

Presente

Prof. Adj. João Manuel Nunes Ventura _____

Presente

Prof. Adj. Jorge Salvador Pinto de Almeida _____

Presente

Prof. Coord. José Carlos Dias Duarte Gonçalves _____

Presente

Prof. Coord. José Filomeno Martins Raimundo _____

Presente

Prof. Coord. Maria da Natividade Carvalho Pires _____

Presente

Prof. Coord. Maria de Fátima Carmona Simões da Paixão _____

Presente

Representante do Pessoal Não Docente

Dr.^a Edite Barreiros dos Santos _____

Presente

Representantes dos Estudantes

Júlio André Lourenço Correia Presente

Tomé Filipe Prezado Madeira Presente

Alexandre Fernandes Pinto Lobo Presente

Diogo José Carvalho Marques Presente

Personalidades Externas

Eng. Carlos Manuel Jordão Coelho Presente

Prof.^a Helena Maria de Oliveira Freitas Presente

Comendador Joaquim Morão Lopes Dias Presente

Coronel José Augusto Rodrigues Alves Presente

Dr. Luís Manuel dos Santos Correia Presente

Dr. Paulo Alexandre Bernardo Fernandes Presente